

Histórias importam

Elisangela Gomes de Azevedo Ferreira

Muitas histórias importam, como diz Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana. Temos que romper com os estereótipos e tentar desvelar o aparente, pois, por trás de uma história, há sempre outros lados e perspectivas, outros prismas. Estas perspectivas também devem ser contadas. Precisamos de histórias múltiplas e não únicas.

Importam as nossas histórias, pois, através delas, influenciamos, e as com que entramos em contato, pois estas nos influenciam. Somos o somatório de nossas histórias em contato com as dos outros, que nos trazem experiências e visões externas. Esse somatório contribui para construção de nossa visão de mundo.

Nunca me considereei uma pessoa racista. Não me recordo de ter atitudes nessa direção, mas devo reconhecer que minha visão de mundo mudou muito ao longo do tempo. Sempre me interessei pela “cultura negra” e tudo o que isso pudesse significar. Nos anos 80, enquanto meus colegas adolescentes curtiam Madonna, eu era super ligada na Bahia e era fã de Olodum e Banda Mel. Tenho paixão pela Bahia e por tudo que vem dela. No entanto, mesmo com toda a admiração, não tinha uma visão da perspectiva histórica da vida dos negros em nosso país. Além disso, ainda era contra o sistema de cotas raciais, e peço perdão por isso. E foi por uma dessas histórias que atravessaram meu caminho, graças a Deus, que pude refletir, analisar, reconhecer minha ignorância e mudar de opinião.

“Ver é irreversível”, segundo Clarice Lispector, e foi quando conheci um baiano, primo de uma amiga, em visita ao Rio de Janeiro que pude entender o que isso realmente significava.

Alan, o baiano, em relato sobre suas impressões da cidade, disse-me que estava gostando muito dos passeios, mas que não via muitos negros como ele nos pontos turísticos que visitava. A princípio estranhei tal afirmação. Nunca havia parado para observar esse fato. A partir de então jamais parei de fazer essa “contagem”. Se tivermos um pouco de empatia e pararmos para contabilizar, nos depararemos com a ausência de negros em alguns locais da sociedade: nas universidades, na política, nas novelas, no jornalismo, nos melhores cargos de uma empresa...

Falou-me ainda sobre a ausência de políticas públicas de inclusão do negro nos diversos espaços da sociedade, através da educação. Chegamos ao sistema de cotas. relatei minha opinião contrária, quando fui impactada por seus argumentos. Pude perceber a dívida histórica que temos com os afrodescendentes brasileiros e que nunca conseguiríamos pagar, por maiores que fossem nossos esforços. Estaremos sempre em débito com o povo negro, povo esse que construiu nosso país. Falou-me ainda das frases e expressões racistas que reproduzimos sem nos dar conta. Perguntou-me: “Não seria melhor falar escravizados ao invés de escravos?” E muitas outras coisas. A partir dessa conversa, minha visão se expandiu, agradeço-lhe muito por ter aberto meus olhos e minha reflexão sobre o tema. Essa história trouxe-me um novo caminhar.

Seção Treinel

Não é possível ignorar a desigualdade racial. A zona sul de nossa cidade é extremamente branca, enquanto as periferias... Nos ambientes elitizados, não encontramos negros, enquanto nos presídios... Isso não é coincidência! Isso demonstra como nossa sociedade trata os negros. As prisões são as “senzalas modernas”. Uma sociedade miscigenada como a nossa deveria ter equilibrada numericamente a presença dos negros nos diversos espaços, mas isso não acontece e não é por falta de capacidade das pessoas negras, mas por falta de oportunidade!

A busca pela igualdade racial não avançará enquanto não houver uma conscientização contínua e massificada de nossa sociedade, em especial na educação de base, nas séries iniciais. Para exemplificar, entra nesse relato outro personagem, o professor das séries iniciais. É urgente a discussão sobre o racismo com esse público. Faço parte desse grupo e percebo a falta de um olhar para a diversidade racial e cultural entre meus pares.

Próximo ao dia dos pais, na escola onde trabalho, foi sugerida uma atividade a ser realizada com meus alunos de educação infantil, crianças com 4 anos de idade. Ouvei atentamente as instruções que eram as seguintes: vamos pintar as mãozinhas das crianças com tinta guache, depois vamos carimbar a mão na folha de papel, formando a carinha do papai, para montar um mural, sendo que pintaremos a palma da mão de uma cor formando o rosto e pintaremos os dedinhos de preto para formar o cabelo do papai. Achei fofa a ideia. No entanto, só havia dois potes de tinta, um rosa e um preto, para rosto e cabelo respectivamente. Pensei então: “Cadê as outras cores?” Pois, se representaríamos os pais, deveríamos considerar as suas diferenças. Os pais não são todos rosinhos de cabelinho preto. Imaginei meus alunos negros representando seus pais com carinha rosa! Não haveria representatividade na atividade, se não considerássemos as diferenças entre as pessoas, nesse caso os pais. Lógico que não conseguiríamos uma fidelidade de cores, mas que houvesse a tentativa e a presença da diversidade entre elas.

Levei as tintas para minha sala de aula, misturei com algumas que eu já tinha e, buscando alguma semelhança, fizemos muitos pais coloridos, de peles e cabelos diversos! Ficaram lindos. Creio que os alunos gostaram mais de fazer estes pais coloridos e eu também!

Depois, descobri que as coisas poderiam ser ainda piores. Na falta da tinta rosa, uma professora fez todos os pais com o rosto amarelo e cabelo preto, corroborando minha percepção de que representatividade e diversidade racial não eram fatores a se considerar, ali. Infelizmente!

Nessa faixa etária, trabalhamos com muitas pinturas, desenhos e atividades de artes e sempre surge famoso “cor de pele”! Sempre pergunto aos alunos, quando se referem a esta cor: “da pele de quem estão falando? Conheço muitas cores de pele, e você? Preciso saber a que cor de pele você se refere...” Enfim! Temos muito trabalho pela frente, sempre!

Considerando que a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, e a Lei nº 10.639/2003, que a altera e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, não são de conhecimento pleno da maioria dos professores, torna-se urgente o debate acerca desta e o estabelecimento de estratégias para que a lei seja

Seção Treinel

cumprida efetivamente. Para isso, não bastam apenas as leis. É imprescindível coragem, energia e muito trabalho por parte dos professores.

No que se refere a documentos, tratados e decretos, o Brasil teoricamente parece estar na direção esperada na busca pela igualdade racial, mas o que podemos perceber é que na realidade esses ideais não saem dos escritos para a vida prática, com facilidade, a não ser sob muita luta.

É necessário que se mobilizem os profissionais de educação a pensar e buscar suas memórias com relação às questões étnico-raciais. Precisamos pensar sobre isso. Precisamos falar sobre isso. Através dessa reflexão, poderemos atrair o despertamento para o assunto e então buscar caminhos produtivos para pesquisa e intervenção no mesmo. Torna-se relevante provocarmos o contato com as realidades hoje invisíveis, pela estrutura racista de nossa sociedade, para que, assim, olhares sejam aguçados, estimulados na direção da igualdade racial, assim como o meu foi, ao entrar em contato com a vivência de Alan, meu amigo baiano.

Vale ressaltar que, para o racismo existir e se perpetuar, não se precisa necessariamente de atitudes ou manifestações explícitas ou agressivas. O racismo se reinventa, adapta-se aos novos tempos. Muitas vezes estas manifestações são sutis, veladas, mas não menos violentas. Isso torna a questão muito desafiadora. Surgem questões que merecem nossa atenção: Como os professores estão lidando com essa demanda? Como a vivência e concepções dos professores influenciam uma prática de promoção de igualdade racial? Como as crianças entendem o pertencimento étnico-racial?

Não podemos ignorar que as vivências de nossas crianças, estabelecidas no espaço da sociedade brasileira de negação do racismo, trazem muitas consequências para seu desenvolvimento, por isso a urgência de se pensar políticas públicas que contemplem essa realidade, investindo na educação com um olhar efetivo para a igualdade racial.

Essa invisibilidade promove uma construção, por parte das crianças, de uma identidade racial baseada em conceito negativo sobre os negros, a qual acaba sendo difundida na escola e na sociedade como um todo. Essas crianças acabam por identificar as características que são valorizadas na sociedade e muitos já internalizam um ideal de “branqueamento”.

Nessa direção, podemos citar as políticas afirmativas e de construção de uma identidade positiva do negro na sociedade. É necessário que se faça: a utilização de materiais como livros paradidáticos que contem histórias com personagens, heróis e princesas negras; a utilização de bonecos e bonecas negras, trabalhando a identidade e propiciando que as crianças se identifiquem, se reconheçam e se percebam pertencentes a este grupo étnico; a confecção de cartazes com imagens de pessoas de diferentes origens étnico-raciais; a promoção da reflexão sobre a prática de reprodução de frases e brincadeiras racistas. Romper com a lógica de reprodução racista!

É ainda competência da escola orientar seu currículo no intuito de se desenvolver o princípio filosófico da diversidade de pensamento, de conteúdo ético e político que deve buscar a eliminação de práticas reducionistas que limitam,

Seção Treinel

inferiorizam e excluem os indivíduos, como o racismo, a homofobia, a xenofobia, a misoginia ou qualquer outra prática excludente.

Segundo Canen (1997), trabalhar temas como tolerância, respeito e apreciação da diversidade cultural é buscar uma educação baseada no multiculturalismo, ou seja, é quebrar a homogeneização cultural presente na escola. No entanto, falar em diversidade cultural implica falar em relações de poder na sociedade. Para essa autora, esse é um dos compromissos de uma educação transformadora, em uma sociedade multicultural como a nossa, onde a diversidade de grupos étnico culturais e sociais é reconhecida. “Há que promover uma sensibilização em professores e futuros professores para a necessidade de trabalhar currículos e práticas pedagógicas que levem em conta essa realidade” (CANEN, 1997, p. 481).

Indubitavelmente, a educação não pode eliminar todas as desigualdades da sociedade, mas ela pode, no entanto, colaborar na construção de uma percepção de igualdade entre os seres humanos, pois segundo Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” (1987, p. 87).

Referências

CANEN, Ana. **Formação de professores: diálogo das diferenças**. Ensaio: Avaliação, Políticas Públicas Educacionais. Rio de Janeiro, v.5 n.17, p.477-494, out/dez, 1997.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 1998.

_____. **Veredas das noites sem fim: um estudo com famílias negras de baixa renda sobre o processo de socialização e a construção do pertencimento racial**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, 2003.

DIAS, Lucimar Rosa. **Diversidade étnico-racial e Educação Infantil**. Três escolas, uma questão, muitas respostas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

_____. **No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo** [tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo -- Faculdade de Educação, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.